

| BALNEABILIDADE | Praia tem apresentado contaminação por esgotos clandestinos. Questão tem sido motivo de troca de acusações entre a Prefeitura e Cagece, parceiras contratuais por 35 anos

Praia dos Crush passa 78% do ano com contaminação fecal

**SARA OLIVEIRA**

sara.oliveira@opovodigital.com

Neste ano, 78% dos 45 boletins sobre a balneabilidade da Praia de Iracema — mais especificamente a Praia dos Crush —, apresentaram contaminação fecal acima da barreira considerada aceitável. Em 2022, a condição que torna a água imprópria para banho foi identificada em 56% dos 32 boletins produzidos pela Secretaria do Meio Ambiente do Ceará (Semace).

A contaminação com dejetos de esgoto é resultado de ligações clandestinas que geraram, nos últimos quatro anos, 2.697 notificações e 612 autos de infração. De 2019 a 2023, de acordo com a Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis), foram lavrados 49 autos de infração e seis notificações por irregularidades cometidas pela Cagece.

No centro da briga sobre as responsabilidades acerca do sistema de esgotamento sanitário, uma Fortaleza que coleta pouco mais de 50% do seu esgoto. “Isso significa que a capital cearense está ainda bem distante das metas do País de atender pelo menos 90% da população até 2033”, avalia André Rossi Machado, coordenador de comunicação do Instituto Trata Brasil.

Conforme ele, Fortaleza despeja o equivalente a 43 piscinas olímpicas cheias de esgoto na natureza todos os dias. Combater essa poluição é parte das obrigações contratuais tanto da Prefeitura de Fortaleza, contratante do serviço prestado; como da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), concessionária firmada. Os vínculos entre os entes, renovados em 2019, têm duração legal de 35 anos.

Nas 43 páginas que versam sobre direitos, deveres e metas, facilmente se percebe que é a complementação das diferentes atuações que poderá garantir, por exemplo, o cumprimento do plano de investimentos de curto, médio e longo prazos. “A abertura concreta e o fortalecimento entre a Cagece e a Prefeitura de Fortaleza (...) são pontos essenciais a serem buscados, alcançados e praticados, que resultarão em economias e melhorias ambientais e na saúde pública”, cita o contrato.

“Quando o esgoto não é devidamente coletado e tratado, há maior exposição a doenças, maior custo na saúde pública, impactos negativos no turismo e menor produtividade no trabalho das pessoas. Ou seja, uma série de impactos individuais

e coletivos que impedem o desenvolvimento socioeconômico da região”, define o coordenador de comunicação do Instituto Trata Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2021, mostram que, em Fortaleza, houve 2.886 internações por doença de veiculação hídrica, com registro de sete óbitos.

O imbróglio envolvendo o esgoto a céu aberto na Praia dos Crush, Prefeitura e Cagece pode ser resumido assim: vídeos mostrando o despejo de dejetos na areia e no mar ganham repercussão no início de novembro. O prefeito de Fortaleza, José Sarto (PDT), vai a público afirmar que a poluição era oriunda da Cagece, com relatório que apontava que as 22 ligações clandestinas na rede de drenagem da água pluvial que poluíam a área eram da Companhia.

Por sua vez, a Cagece, acionada pelo Ministério Público do Ceará, faz coletiva de imprensa para afirmar que foi a todos os pontos e nenhum era da entidade. Do total, dez seriam lançamentos de águas pluviais (de ar condicionado ou piscina de empreendimentos particulares), três seriam tubulações antigas da Cagece (que não estariam em derramamento) e nove seriam ligações clandestinas de esgoto, também de particulares.

Idas e vindas de acusações sem diálogo direto entre os envolvidos, mesmo o contrato deixando clara a importância dessa interlocução. Um mês após o início da polêmica, a Agefis divulgou o início de uma fiscalização mais apurada, que iria de fato identificar quem são os autores das ligações clandestinas.

Os imóveis identificados pela Agência tiveram dez dias para regularizar a situação. Caso a ligação não seja tamporada, são emitidas notificações e só depois de 45 dias, persistindo o problema, há aplicação de multa, que pode chegar a R\$ 4.050. “O relatório que foi produzido pela Prefeitura foi feito por uma empresa especializada nesse assunto. É um documento de muita credibilidade”, afirma a titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), Luciana Lobo.

O POVO solicitou à Agefis, além dos números de fiscalização, as regiões onde as autuações aconteceram. À Cagece, O POVO solicitou informações sobre a quantidade de desobstruções realizadas na rede de esgoto, além do total de extravasamentos. A Companhia informou que não há monitoramento sobre a clandestinidade dos esgotos e que, sobre os casos de extravasamento, não há quantificação por se tratar de um “serviço de manutenção diário”.

AURÉLIO ALVES

**VISTA AEREA** da Praia dos Crush, também conhecida como Praia do Lido, na Praia de Iracema, em Fortaleza

Agência de Regulação de Fortaleza.

Sociedade entre Cagece e Prefeitura não consta em contrato

A Prefeitura de Fortaleza é detentora de 11% das ações da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). Conforme Paulo Lustosa, superintendente da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental de Fortaleza (ACFor), a sociedade, porém, não tem a ver com o contrato entre as duas partes.

“A Cagece é SA (Sociedade Anônima). Embora a Prefeitura tenha cotas, ações e assento no Conselho, não tem nenhuma implicação no fato de a Cagece ser contratada. O contrato é uma coisa e a relação societária é outra”, define.

Ele explica que a Agência, atual responsável pela regulação do serviço da Cagece na Capital, atua com dois enfoques: contrato e serviço. “A fiscalização da ACFor é saber se as regulações estão sendo cumpridas de acordo com o contrato”, informa.

Ainda conforme Paulo, no contrato não consta nada em específico sobre ligações clandestinas. “O que consta é que a Companhia pode, depois que passa a rede, que oferece o serviço, ela pode executar a intervenção

na casa das pessoas para fazer a ligação. É lei do Novo Marco”, pondera. Ele se refere ao Marco Legal do Saneamento, sancionado em julho de 2020, que altera a Lei Federal nº 11.445/2007 e define eixos estruturantes, metas de universalização e incentivo à regionalização da gestão do saneamento básico.

Paulo ressalta que as ligações clandestinas de esgoto configuram crime ambiental e não têm relação direta com a prestação de serviço.

Há ainda um convênio entre

as entidades, exatamente para facilitar a identificação, notificação e regularização dos esgotos clandestinos. Paulo confirma que a responsabilidade sobre as fiscalizações e penalidades sobre a clandestinidade dos esgotos é da Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis).

Após diferentes versões sobre os reais emissores de poluição, a Agefis ainda está executando fiscalização in loco nos 22 pontos de contribuição irregular à rede de drenagem apontados pela Seuma.

MAURI MELO, EM 3/10/2018

**PAULO** Henrique Lustosa, superintendente da ACFor

Regulação do serviço da Cagece será do Estado

| EM 2024 | Arce irá assumir a tarefa que hoje está com a ACFor

Em 2024, a regulação e a fiscalização sobre o serviço de esgotamento sanitário e abastecimento de água em Fortaleza vão sair da responsabilidade Municipal e passarão a integrar o escopo de atuação da Agência Reguladora do Ceará (Arce).

O contrato entre o titular do serviço, a Prefeitura de Fortaleza, e a concessionária, a Cagece, expõe as obrigações de cada parte, com vistas a cumprir o principal objetivo: universalização de 90% de acesso ao esgoto tratado até 2033. Em Fortaleza, 1,1 milhão de pessoas (44% da população) ainda vivem sem coleta dos dejetos produzidos.

“O Município precisa ser gerido como o elemento vivo que é, para que se possa planejar as soluções que vão atender às demandas do dia a dia”, destaca André Rossi Machado, coordenador de Comunicação do Instituto Trata

FERNANDA BARROS



LIMPEZA no trecho da Praia dos Crush, onde houve estouro de encanamento de esgoto

Brasil. Gerir a dinâmica sobre o destino dos dejetos exige participação ativa de diferentes segmentos, necessidade respaldada pelos impactos em diferentes frentes: saúde, turismo, emprego, educação.

Nessa rede de responsabilidades, as agências reguladoras ganham destaque. De acordo com o coordenador do Trata Brasil, elas são responsáveis por observar o atendimento e demandar soluções. “A melhor prática é de que haja um contrato detalhando o escopo de trabalho, para que se tenha um acompanhamento das metas e transparência junto à população”, explica.

Para André, não deve haver qualquer divergência sobre a atuação tanto do titular do serviço como da concessionária, como visto no últimos mês na Praia de Iracema.

O conselheiro da Arce, João Gabriel Rocha, explica que as tratativas atuais são normais



A melhor prática é de que haja um contrato detalhando o escopo de trabalho, para que se tenha um acompanhamento”

André Rossi Machado,
coordenador de Comunicação
Instituto Trata Brasil

de um período de transição entre Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental de Fortaleza (ACFor) e Arce. “Aos poucos estamos absorvendo tudo para

as normas próprias e começar a atuar”, afirma.

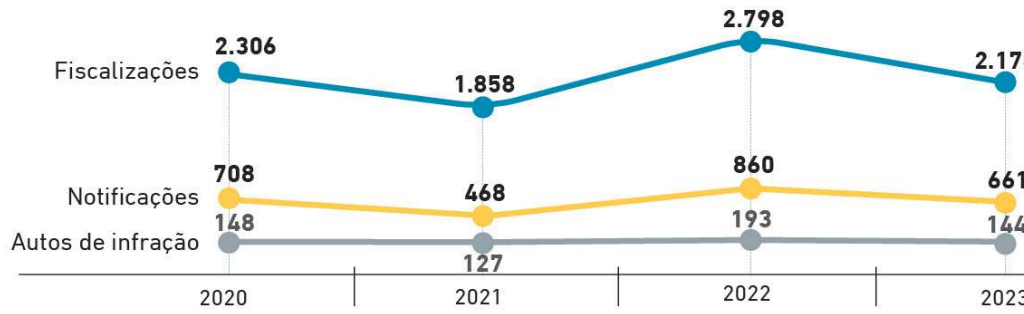
A revisão tarifária, uma das principais demandas da agência reguladora do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considera índices de qualidade da coleta e distribuição, de satisfação dos usuários, do atingimento de metas. Questões perpassadas pelas ligações clandestinas, da falta de acesso e poluição do meio ambiente.

João Gabriel ressalta ainda a importância de uma agenda de transição regulatória e a competência do corpo técnico da Arce. Questionado sobre a mediação de conflitos como o vivido no último mês em Fortaleza, o conselheiro frisa que a busca deve ser pela “resposta efetiva ao usuário, porque são as pessoas que estão sofrendo com tudo isso. A Agência tem esse papel de ser um fator de equilíbrio entre o titular do serviço, a concessionária e o usuário”.

FERNANDA BARROS



FISCALIZAÇÕES DE POSTURAS E PRÁTICAS INADEQUADAS DE POLUIÇÃO HÍDRICA E DO SOLO



CONTRATO ENTRE CAGECE E PREFEITURA

SERVIÇO: ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO



Das obrigações do município

- Regulamentar a prestação de serviço
- Fiscalizar permanentemente a prestação de serviço
- Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais
- Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações do usuário

- Ceder à Cagece terrenos públicos que possam ser utilizados nos sistemas de água e esgoto
- Estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços
- Estimular a formação de associações de usuários
- Zelar pelo cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de proteção ambiental e de saúde pública
- Estabelecer os planos e políticas municipais de saneamento e de urbanização, consultada a Cagece, visando o estabelecimento das metas e investimentos de longo prazo



Das obrigações da Cagece

- Elaborar estudos, projetos e obras
- Garantir a prestação de serviços adequados
- Dar ciência prévia ao Município das obras que pretende executar em vias
- Sinalizar as obras durante toda a sua execução
- Apresentar prestação de contas a cada quadrimestre
- Publicar demonstrações financeiras anualmente

AGEFIS fiscaliza os 22 pontos de contribuição irregular à rede de drenagem apontados pela Seuma

Parceria público-privada.

Cagece, Prefeitura e Ceará Ambiental pactuaram acordo em junho

Quatro meses antes de a poluição da Praia dos Crush se tornar ponto de tensão entre Cagece e Prefeitura, um projeto para fiscalização de esgoto com foco em balneabilidade foi apresentado. Os parceiros são exatamente a Prefeitura de Fortaleza, através da Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis); Cagece e a Ceará Ambiental, empresa

vencedora do leilão de Parceria Público-Privada (PPP) do esgoto no Estado.

“Esses problemas se devem, entre outras coisas, às ligações clandestinas que despejam esgoto ilegalmente nas redes de drenagem pluvial. É importante ressaltar que 100% da orla da Capital já tem rede coletora de esgoto”, traz trecho de texto de divulgação

publicado pela Ceará Ambiental. Durante o encontro, representantes das três entidades se comprometeram a revisar o atual Termo de Cooperação que rege a parceria entre titular do serviço e concessionária.

Demandando sobre detalhes do projeto, como datas e ações, a Ceará Ambiental apenas afirmou, em nota, que “está em andamento”.

Enquanto as iniciativas não são colocadas em prática, a Praia de Iracema continua sendo alvo de esgoto e gerando polêmica sobre responsabilidades e ações.

O Movimento Nossa Iracema, que divulgou as primeiras imagens da cratera de esgoto que tiveram repercussão nas redes sociais, questiona a ação da Prefeitura, que executa o

projeto chamado de “tomada de tempo seco”, que desvia o fluxo de drenagem que ia para a praia diretamente para o emissário de esgoto da Cagece.

“A Prefeitura voltou a tentar aterrar, o que contradiz o fato de que lá não chega mais esgoto e que a galeria estaria tampada e nós vemos aberta. São dois meses de estratégias

pontuais, jogando dinheiro fora”, afirma André Comaru, do Movimento.

Em nota, a Prefeitura destaca: “Mesmo com essas medidas, ainda é possível que ocorra alguma contaminação residual, sobretudo em época de chuva. Afinal, a única solução definitiva é que cessem as contribuições de esgoto da rede da Cagece e das ligações clandestinas”.